

Artigo

A ambientalização discursiva do agronegócio brasileiro e a construção de uma “potência agroambiental”

Priscilla Papagiannis Torres

121

Resumo

Este artigo tem o objetivo de fazer uma retrospectiva histórica e política do processo de ambientalização do setor do agronegócio brasileiro. A partir da década de 1970, observa-se um processo de ambientalização em nível global e nacional, que resultou na criação de diversos órgãos, leis, acordos, tratados e protocolos ambientais e estabeleceu uma forma de governança ambiental. Esse processo e, em particular o crescente reconhecimento da mudança climática como um problema público global e uma emergência coletiva, vem influenciando a atuação dos atores do sistema internacional e dos governos nacionais, gerando pressão sobre práticas que causam degradação ambiental, exploração excessiva de recursos naturais e emissões de gases de efeito estufa (GEE). Um dos setores centrais desse debate, pela sua atuação internacional, nacional e implicações em torno das políticas climáticas, é o agronegócio. Nesse contexto, esta pesquisa visa analisar de forma crítica o processo de ambientalização do agronegócio brasileiro, tendo como foco a pauta climática.

Palavras-chaves: Agronegócio; Ambientalização; Mudança Climática; Instituto Pensar Agro; Sustentabilidade.

The discursive environmentalization of Brazilian agribusiness and the construction of an “agri-environmental power”

Abstract

The aim of this article is to take a historical and political look at the process of environmentalization in the Brazilian agribusiness sector. Since the 1970s, there has been a global and national environmentalization process, which has resulted in the creation of various environmental bodies, laws, agreements, treaties and protocols, and has established a form of environmental governance. This process, and in particular the growing recognition of climate change as a global public problem and a collective emergency, has influenced the actions of players in the international system and national governments, generating pressure on practices that cause environmental degradation, overexploitation of natural resources and greenhouse gas (GHG) emissions. One of the central sectors in this debate, due to its international and national activities and the implications for climate policies, is agribusiness. In this context, this research aims to critically analyze the process of environmentalization of Brazilian agribusiness, focusing on the climate agenda.

Keywords: Agribusiness; Environmentalization; Climate Change; Pensar Agro Institute; Sustainability.

La ambientalización discursiva del agronegocio brasileño y la construcción de un “poder agroambiental”

122

Resumen

El objetivo de este artículo es hacer un repaso histórico y político del proceso de ambientalización del sector agroindustrial brasileño. Desde la década de 1970, se ha producido un proceso de ambientalización mundial y nacional, que ha dado lugar a la creación de diversos organismos, leyes, acuerdos, tratados y protocolos ambientales, y ha establecido una forma de gobernanza ambiental. Este proceso, y en particular el creciente reconocimiento del cambio climático como un problema público global y una emergencia colectiva, ha influido en las acciones de los actores del sistema internacional y de los gobiernos nacionales, generando presión sobre las prácticas que causan degradación ambiental, sobreexplotación de los recursos naturales y emisiones de gases de efecto invernadero (GEI). Uno de los sectores en el centro de este debate, debido a sus actividades internacionales y nacionales y a las implicaciones para las políticas climáticas, es la agroindustria. En este contexto, esta investigación pretende analizar críticamente el proceso de ambientalización del agronegocio brasileño, centrándose en la agenda climática.

Palabras clave: Agronegocio; Ambientalización; Cambios Climáticos; Instituto Pensar Agro; Sostenibilidad.

L'environmentalisation discursive de l'agro-industrie brésilienne et la construction d'un « pouvoir agro-environnemental »

Résumé

L'objectif de cet article est de jeter un regard historique et politique sur le processus d'environmentalisation dans le secteur agro-industriel brésilien. Depuis les années 1970, on assiste à un processus d'environmentalisation à l'échelle mondiale et nationale, qui s'est traduit par la création de divers organismes, lois, accords, traités et protocoles environnementaux, et par l'établissement d'une forme de gouvernance de l'environnement. Ce processus, et en particulier la reconnaissance croissante du changement climatique comme un problème public mondial et une urgence collective, a influencé les actions des acteurs du système international et des gouvernements nationaux, générant une pression sur les pratiques à l'origine de la dégradation de l'environnement, de la surexploitation des ressources naturelles et des émissions de gaz à effet de serre (GES). L'un des secteurs au centre de ce débat, en raison de ses activités internationales et nationales et de ses implications pour les politiques climatiques, est l'agro-industrie. Dans ce contexte, cette recherche vise à analyser de manière critique le processus d'environmentalisation de l'agro-industrie brésilienne, en se concentrant sur l'agenda climatique.

Mots-clés: Agro-industrie; Environmentalisation; Changement climatique; Institut Pensar Agro; Développement durable.

Introdução

Nos últimos 50 anos, no Brasil e no mundo, a questão ambiental se configurou como uma grande questão pública. O conceito de ambientalização, segundo Lopes (2006), serve para designar novos ou velhos fenômenos que passam a ser caracterizados a partir da perspectiva ambiental. É definido como um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais de diferentes facetas a questão pública do meio ambiente, que pode ser notada, por exemplo, pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial.

Acselrad (2010) chama atenção para uma outra perspectiva do processo de ambientalização que será utilizada como ponto de partida desse artigo. O autor define esse

fenômeno como “um processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.” (Acselrad, 2010, p. 103). De acordo com Lopes (2006), à medida que a temática ambiental se impôs e o movimento ambientalista avançou, os principais agentes da degradação ambiental, também se apropriaram da crítica a sua atuação e procuram usá-la a seu favor. Para o autor:

O campo empresarial passa a dividir-se entre o pólo da acumulação primitiva ambiental e o pólo da apropriação da crítica, da “responsabilidade ambiental”, e mesmo da produção voltada para a viabilização da produção limpa e ambientalmente correta, acompanhada de novos lucros materiais e simbólicos (Lopes, 2006, p. 32).

Acselrad (2010) ainda destaca que se estabeleceram disputas de legitimidade, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente danosas ou benéficas. O autor apresenta o conceito de “deslocamentos” para entender esse movimento de neutralização da crítica, de “mudanças organizativas ou de critérios de alocação social pelas quais o capitalismo assegura continuidade a seus próprios mecanismos, contribuindo para esvaziar as críticas que lhes são dirigidas” (Acselrad, 2010, p. 107). É a partir disso que é possível ver agentes do agronegócio, responsáveis por um grave impacto socioambiental, “ambientalizando” seus discursos mais recentemente – principalmente em relação a questão climática, que ganhou relevância expressiva nas últimas décadas devido ao consenso construído de que vivemos em uma emergência climática.

Em termos conceituais a existência do agronegócio como tal é relativamente recente, com suas origens na década de 1970, durante a ditadura civil-militar, consolidado a partir da década de 1990/2000. O termo foi primeiramente incorporado em pesquisas a partir do desdobramento da industrialização da agricultura. Com a deterioração da política de crédito rural durante a década de 1980/90, os agentes patronais procuraram revertê-la tomando a decisão de recuperar o termo original de John Hebert Davis e Allan Goldberg para fundamentar um projeto político-econômico de *agribusiness* no país (Pompeia, 2018). Segundo Guilherme Delgado (2012), a definição do agronegócio brasi-

leiro é “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária [...] [que] realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio das políticas de Estado” (p. 94). Além de uma associação econômica e financeira, o agronegócio é uma concertação política que engloba entidades “das indústrias de máquinas e insumos agrícolas, e daquelas das principais *commodities* de exportação, além de atores dos três Poderes do Estado, da academia, do mercado financeiro, de empresas de comunicação e consultoria” (Pompeia, 2018, p. 44-45). Ou seja, em ambas as definições, o papel do Estado, âmbito no qual o agronegócio atua, é colocado como fundamental para a existência desse setor. Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010), não existe agronegócio sem pensar no Estado e nas políticas públicas, que não só viabilizam a sua origem, mas também sua expansão.

Esse setor econômico e grupo político é complexo e atravessa a cultura, a economia, a política e os processos mais profundos da construção da sociedade brasileira, com impactos consideráveis no meio ambiente, segurança e soberania alimentar e na agenda climática (Bassi, 2022). A importância da agenda climática para esse setor, no entanto, é bastante recente. Em um contexto histórico específico, buscando a manutenção de uma “boa” imagem internacional e nacionalmente e a oportunidade de atrair novos investimentos, o setor começa a promover um “esverdeamento” de seu discurso, ou melhor, um processo de ambientalização (Bassi, 2022).

Ao longo dos últimos anos, o agronegócio vem sendo cada vez mais pressionado por diferentes setores como consumidores, investidores e até mesmo por parte de instâncias do Estado brasileiro – que tem um interesse particular na ambientalização, já que é o grande apoiador do setor – para aderirem às propostas em volta da agenda climática, pauta principal das preocupações internacionais sobre a crise ecológica atual (Bassi, 2022).

Caio Pompeia (2018) propõe o conceito de concertação política do agronegócio para refletir sobre como o fortalecimento do poder desse setor se dá devido à crescente convergência política entre seus atores, que se interessam mais em tratar de questões

mais amplas como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar. Dessa forma, o autor define concertação como uma “situação na qual agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com vistas a encontrar consensos” (p. 2). Através disso, os agentes buscam negociar acordos que facilitem, de um lado, a agregação de representatividade, recursos financeiros e saberes técnicos, e de outro, a atuação política conjunta em relação à opinião pública e ao Estado – operando em um aparato de justificação na esfera pública. Ou seja, a manutenção da imagem do agronegócio frente à opinião pública e ao Estado brasileiro também está ligada as ações ambientais de seu grupo se tornar mais apto a recebê-las, dessa forma, se torna uma vantagem político-econômica.

Tendo esse contexto em vista, o presente artigo busca destrinchar, a partir de uma retrospectiva histórica e política, o processo de ambientalização do agronegócio desde o início da década de 2000 até os dias atuais, olhando para o Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC) como a expressão máxima desse processo. Para isso, o artigo utilizou como metodologia uma revisão bibliográfica de artigos, reportagens, declarações e posicionamentos relacionados a temática aqui abordada, além de uma entrevista com um pesquisador da Embrapa na área de clima e que participou da construção Plano ABC e Professora-Doutora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, que teve como objeto de tese o Plano ABC.

1. O processo de ambientalização do agronegócio: de vetor do desmatamento à solução para a mudança climática

Com o processo de ambientalização acontecendo no âmbito global e nacional e a pauta ambiental e climática ganhando cada vez mais atenção, o agronegócio passou a sofrer pressões em relação ao seu modelo de produção, conhecido por acarretar impactos socioambientais negativos como desmatamento, desapropriações e despossessão

de povos tradicionais e indígenas, uso intensivo de agrotóxicos, e por gerar conflitos no campo, entre outros. Assim, de acordo com Schmitt *et al.* (2022) na década de 2000, inicia-se uma intensa mobilização de um conjunto diversificado de atores na defesa de um setor agropecuário “sustentável”, não apenas no Brasil, mas também no mundo. Sem desconsiderar os vários significados desse conceito, no contexto brasileiro, ao longo desse período, surge um movimento crescente de articulação envolvendo agentes políticos vinculados ao agronegócio, pesquisadores, pecuaristas, algumas ONG, empresas, representantes do setor público, entre outros, passaram a se aglutinar na tentativa de promover uma “sustentabilidade” na agropecuária (Schmitt *et al.*, 2022).

Este movimento de pensar um setor agropecuário industrial “sustentável”, gerou, segundo Furtado (2023), por exemplo, o termo “produção sustentável” que se consolidou no chamado Processo de Marrakech, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA, sigla em inglês). O objetivo desse processo, que se iniciou em 2003, foi dar uma aplicabilidade ao conceito de Produção e Consumo Sustentáveis. A partir disso, a expressão “produção sustentável” pode ser compreendida como a integração, ao longo de todo o ciclo de vida de produtos e serviços, das melhores alternativas disponíveis para minimizar os impactos ambientais e sociais. Acredita-se que essa abordagem seja capaz de reduzir os impactos ambientais ao prevenir, em vez de simplesmente mitigar, e também minimizar os riscos à saúde humana, gerando efeitos econômicos e sociais positivos. Nesse contexto, “talvez a primeira experiência de uso coletivo e articulado da ideia de produção sustentável tenha sido em torno da soja” (Furtado, 2023, p. 38).

A busca de um “agronegócio sustentável”, segundo Schmitt *et al.* (2022), se dá a partir da convergência dos diferentes atores, como uma reação às críticas contundentes ao papel da cadeia de carne e da soja na emissão de gases de efeito estufa e na elevação dos índices de desmatamento, sobretudo na Amazônia e no Cerrado, em meio a um ciclo global de valorização das *commodities* agrícolas e minerárias. Isso contribuiu para que

houvesse uma maior visibilidade dos impactos socioambientais associados à expansão da produção e consumo de carne.

Mas, as pressões voltadas para a incorporação, por diferentes setores do agronegócio, de uma agenda “sustentável”, não tiveram sua origem apenas no setor governamental. Movimentos das organizações sociais como a Via Campesina, organização internacional de camponeses que luta pela soberania alimentar, justiça climática, terra, água e território, e a Fase, organização que luta pela garantia de direitos, democracia e justiça ambiental, denunciavam as práticas do setor do agronegócio há anos. Segundo Paulo Tarso, ligado ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e da Via Campesina: “Esse é um modelo agrícola que prioriza a produção de *commodities* para exportação, não produz alimentos e envenena nosso povo e nosso ambiente” (Fiocruz, 2012).

A primeira iniciativa de construção de um agronegócio dito sustentável foi a criação da Mesa Redonda da Soja Responsável (Round Table on Responsible Soy – RTRS, em inglês). O objetivo era criar um “processo participativo global com toda a cadeia de produção do setor e promover a viabilidade econômica, social e ambiental para a produção de soja” (Furtado, 2023, p. 43). Entre os participantes estavam mais de 200 membros da cadeia da soja e da “sociedade civil”. A RTS criou um padrão que buscava garantir uma produção viável ambiental e socioeconômica. Entre os membros do Conselho Executivo estavam a vice-presidente da AMAGGI, presidente do WWF, Cargill, Monsanto, Syngenta e da “sociedade civil” (WWF, *The Nature Conservancy*, Instituto Centro Vida, entre outros) (Furtado, 2023).

Em 2009, uma série de organizações do mundo inteiro elaboraram uma carta de oposição à Mesa Redonda de Soja Sustentável”, destacando que esse instrumento encorajava a expansão das monoculturas de soja e das suas consequências, em especial os conflitos territoriais e a violação de direitos humanos com a expulsão das comunidades tradicionais, indígenas e pequenos agricultores; além de permitir a certificação de sojas geneticamente modificadas (OGM), entre outros problemas associados. Entre os signa-

tários estão as organizações: Amigos da Terra Brasil, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a organização de direitos humanos, Terra de Direitos (Furtado, 2023).

Além disso, em 2006, como resposta a uma campanha de denúncias contra o avanço da produção de soja em área de florestas, impulsionadas por ONG ambientalistas, em especial pelo *Greenpeace*, foi criado o Grupo de Trabalho da Soja (GTS). O relatório “Comendo a Amazônia”, publicado pelo *Greenpeace*, denunciava a destruição, desde 2003, de uma área equivalente a 70 mil km² de florestas e do trabalho escravo em estados como Mato Grosso e Pará (Schmitt *et al.*, 2022, p. 84-85).

Em 2006 foi assinada a Moratória da Soja, documento em que diferentes entes se comprometiam a não comprar mais soja proveniente de área desmatadas na Amazônia. Essa iniciativa envolveu a participação das principais empresas responsáveis pelo esmagamento e comercialização de soja no Brasil, Bunge, Cargill e ADM, e o maior grupo produtor, AMAGGI, e duas principais organizações representativas do setor: a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação dos Exportadores de Cereais (ANEC). Algumas ONG também tiveram uma participação ativa na construção dessa plataforma, além do *Greenpeace*, participaram também a WWF, a *The Nature Conservancy* (TNC) e *Conservation International* (CI). A moratória foi assinada, inicialmente por dois anos, foi sendo renovada anualmente, e em 2008 contou com a assinatura do governo brasileiro e a participação do Banco do Brasil e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Em maio de 2016, foi decidido manter a Moratória da Soja por Tempo indeterminado. A Moratória é apresentada pelos seus coordenadores como um instrumento de sucesso na diminuição do desmatamento na Amazônia, que segundo dados apresentados teria caído 86%, nos municípios onde o acordo vigora, apesar de um aumento de 200% na produção (Furtado, 2023). Além disso, de acordo com o pacto, 90% das empresas do mercado brasileiro concordavam em não comprar soja cultivada em terras desmatadas após 2006 no bioma Amazônia e/ou de agricultores autuados por trabalho em condição análoga à escravidão (The Intercept, 2017).

No entanto, segundo uma série de reportagens do The Intercept Brasil, feita em 2017, em série especial “Tapajos Sob Ataque”, a Moratória da Soja tem servido mais como peça publicitária e de marketing das empresas do ramo, que visam ocultar os conflitos ambientais decorrentes da ação do agronegócio na Amazônia, do que como estratégia de redução do desmatamento. A reportagem aponta que, de acordo com um estudo publicado na Revista *Science* feito pela Universidade de Wisconsin, apesar do ritmo do desmatamento ter caído mais de 70% na década de 2006-2016, a relação com a Moratória da soja não é tão direta quanto defendem seus apoiadores:

Pelo menos 627 propriedades de soja em Mato Grosso desrespeitaram o Código Florestal e desmataram florestas ilegalmente durante a vigência da MS”. Destas, segundo a pesquisa, apenas 115 infringiram o pacto, porque as áreas desmatadas na maioria das propriedades flagradas não foram cultivadas com soja (The Intercept, 2017, s.p.).

Além disso, outro estudo apresentado na reportagem feito por Daniel Nepstad, membro do *Earth Innovation Institute*, discorre que é impossível quantificar o efeito da Moratória da Soja na queda do desmatamento, mas que em uma estimativa seria algo entre 5 e 10% do total do declínio. Apesar de organizações como o Greenpeace, por exemplo, argumentarem que a moratória representou “um enorme passo para parar o desmatamento da Amazônia”, na realidade o que a moratória se propôs a fazer, e alcançou, segundo o The Intercept (2017), foi impedir o desmatamento para o plantio direto da soja, o que é diferente de frear por completo o desmatamento na Amazônia, onde a soja é apenas uma das causas da destruição florestal.

Outro ponto citado na reportagem foi a enorme conversão de terra nos últimos anos no Cerrado, que teve sua destruição avassaladora ofuscada pela propaganda da Moratória da Soja, que tem como enfoque apenas os novos cultivos no Bioma Amazônia. Toda soja produzida no Cerrado pode ser comercializada afirmando que estão atendendo os critérios da Moratória da Soja e carregando a mensagem falsa de que fazem parte de uma “cadeia produtiva com desmatamento zero”, mesmo que o grão tenha sido cultivado em terras recém-desmatadas. Uma pesquisa liderada pela organização ambiental

internacional *Mighty Earth* comprovou que havia vastas áreas de savana que estavam sendo convertidas em enormes monoculturas de soja e que os principais compradores são a Cargill e a Bunge – dois dos principais signatários da Moratória da Soja (The Intercept, 2017). Recentemente, a Cargill desrespeitou novamente a moratória ao comprar soja de uma fazenda que desmatou na Amazônia em São José do Xingu (MT), segundo reportagem feita pelo Repórter Brasil (2022). Esse exemplo pode ser utilizado como uma reflexão entre o que a narrativa de sustentabilidade do agronegócio diz e o que de fato ocorre nos territórios.

2. A participação do agronegócio brasileiro nas Conferências das Partes (COPs) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

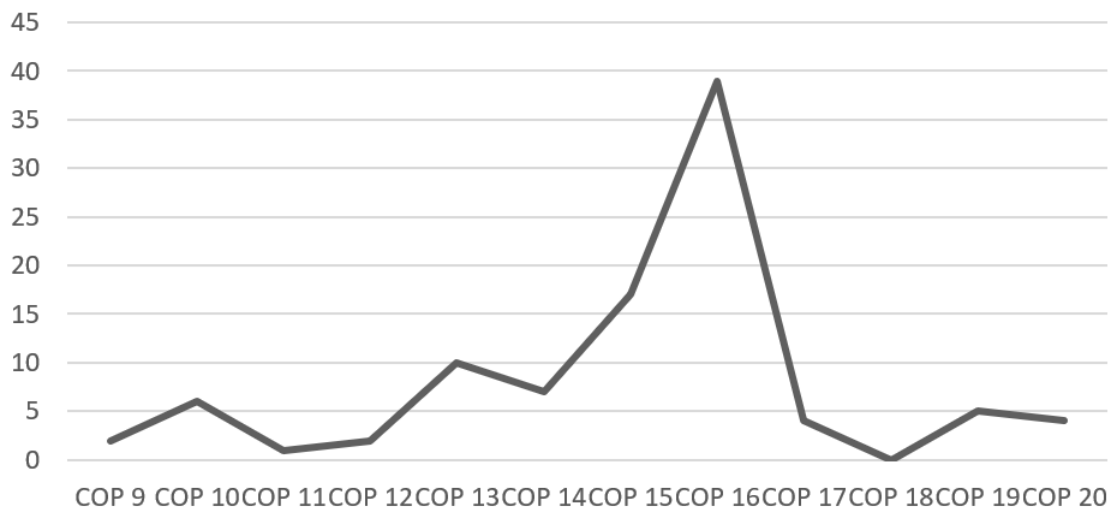
A incorporação da pauta climática, especificamente, por atores políticos e econômicos vinculados ao agronegócio teve destaque durante a COP 15 em 2009, com a proposição do Plano ABC, e se intensificou, de acordo com Bassi (2022) a partir de 2012, com a Conferência Rio+20 e, com maior destaque, a partir da ratificação do Acordo de Paris (2015). Desde então, esse setor tem marcado presença nas COPs e buscando apresentar seus feitos em relação a redução de emissão de GEE e de sustentabilidade, com um grande foco nos resultados do Plano ABC e na promessa de seu sucessor o Plano ABC+.

A Conferência das Partes, que tinha em suas primeiras edições a participação majoritária de funcionários público, de governos e chefes de Estado, foi aos poucos alterando seu perfil. Os movimentos sociais, a academia e a sociedade civil ganharam cada vez mais espaço. No entanto, nos últimos anos, as COP têm se tornado cada vez mais alvo de interesses das corporações tanto do setor energético e de combustíveis fósseis, o financeiro e o agronegócio. O **Gráfico 1**, construído a partir de dados de Maria Beatriz Pei-

xoto (2022), exhibe a participação de entes ligados ao agronegócio na delegação brasileira no período de 2003 a 2014.

Gráfico 1 - Número de representantes do agronegócio na delegação brasileira.

Número de representantes do agronegócio na delegação brasileira



Fonte: Peixoto (2022). Elaboração própria.

O gráfico apresenta um pico na participação do setor no ano de lançamento do Plano ABC na COP 15, em 2010. A partir da COP 21, no entanto, apenas representantes do governo foram registrados como parte da delegação brasileira. Instituições e empresas passaram a fazer parte da sessão da sociedade civil/privada, no final das listas de participação da UNFCCC, onde os países são misturados e não ficando exposto de uma forma organizada quem participou de cada país específico. Isso não significa, no entanto, que o setor do agronegócio se afastou das negociações, pelo contrário, a partir do Plano ABC e da possibilidade da construção de um agronegócio dito sustentável, o setor investe fortemente no campo climático, como será evidenciado posteriormente. Assim, conforme há uma maior incorporação da agenda ambiental e climática por parte desses agentes, há uma ampliação em sua participação como construtores dessas políticas no âmbito nacional e internacional.

A Professora-Doutora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, em entrevista para esta pesquisa, falou sobre como a ideia de que a COP 15 de Copenhague marcaria uma projeção para um novo acordo de clima, que substituiria o Protocolo de Quioto, e a possibilidade do Brasil ser reconhecido internacionalmente como um ator que participa ativamente da discussão, impulsionou o país a pensar em novas formas de demonstrar sua liderança. A Professora aponta que inicialmente, o foco estava na questão do desmatamento, que teria sido resolvida durante a década de 2000 a 2010. Sendo assim, o Brasil propõe a criação de um plano para o setor agropecuário com participação da Embrapa, que fez com que muitos entes do agronegócio comparecessem a COP: “o agronegócio se viu intimado a ir para a COP”, afirma a Pesquisadora. Isso explica o pico na participação de entidades representativas do agronegócio na COP 15 em 2010. A participação do setor só cresceu, batendo recordes nas últimas duas edições da COP 27 e 28 como veremos a seguir.

Iniciativa de importância para esse processo foi a oficialização da Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura foi oficializada. Atualmente, a coalizão conta com a participação de diversas organizações não governamentais, como a *The Nature Conservancy* (TNC) e a WWF Brasil, algumas das maiores empresas de madeira e do agronegócio do Brasil, como por exemplo a ABAG e a AMAGGI, do setor financeiro, como o Bradesco, e da academia, como o Instituto Talanoa. O objetivo da coalizão é promover a colaboração entre as agendas de proteção, conservação, uso sustentável das florestas naturais e plantadas, agropecuária e adaptação às mudanças climáticas.

Além disso, tem sido um ente bastante ativo na disputa política e narrativa da questão climática no país, sendo presente na formulação das principais políticas públicas e instrumentos econômicos, levando também propostas às COP e outros fóruns internacionais. A coalizão possui um documento base com 17 propostas para o nível nacional e internacional, que incluem: implementação do código florestal, regularização fundiária e cooperação internacional (5 propostas); mecanismos de valorização do carbono e serviços ecossistêmicos (3 propostas); e combate ao desmatamento, incremento de estoques

florestais e agricultura de baixo carbono (9 propostas). Diferente de outros documentos do setor madeireiro/agropecuário, este contém algumas propostas pensando na resolução dos conflitos fundiários e direitos das populações tradicionais e indígenas, tendo, no entanto, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como base fundamental.

Na COP 26, em 2021, por exemplo, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro, o então Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite levou à conferência uma agenda de defesa do agronegócio e da mineração. Nesse período, a delegação brasileira presente contou com uma ampla participação de representantes do agronegócio. Um ato simbólico dessa relação governo-agronegócio na pauta climática foi o fato da logo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ser apresentada acima dos logos dos Ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores, em faixa, na entrada do pavilhão brasileiro, transformando o espaço em um “HUB do agronegócio” (Bassi, 2022). Ao mesmo tempo, vale destacar que o governo não incluiu organizações da sociedade civil na delegação brasileira (ISPN, 2022,).

Nas vésperas da COP 27 Marcos Jank, coordenador do Insper Agro Global, disse, ao participar do Summit Agronegócio Brasil, 2022, que “A COP nasceu como um encontro de ONG e governos, mas agora é do setor privado”. A fala dele é reflexo da apropriação que o setor privado tem feito da pauta climática, evidente ao ver o número crescentes de setores do agronegócio e de delegações da indústria dos combustíveis fósseis – 636 lobistas ligados ao setor de combustíveis fósseis do mundo na última edição em Sharm El-Sheik (Observatório do Clima, 2022a). Também durante a COP 27, o presidente recém-eleito Luiz Inácio Lula da Silva também enfatizou em seu discurso o papel do agronegócio: “o agronegócio brasileiro será um aliado estratégico na busca de uma agricultura regenerativa e sustentável, com investimento em ciência, tecnologia e educação no campo” (Globo Rural, 2022). Sendo assim, um setor que era alvo de críticas ambientais que prejudicavam a imagem do país no âmbito internacional, passa a conter a solução para a questão climática no Brasil – e não só em relação as emissões, mas em relação a questão energética e a questão alimentar, como será visto a posteriormente.

A importância da presença do agronegócio na COP 27, foi evidenciada pela publicação de um documento por 14 das maiores empresas do agronegócio brasileiro e do mundo – *Agriculture Sector Roadmap to 1.5°C – Reducing Emissions from Land Use Change*. Entre os signatários do documento estavam: ADM, AMAGGI, Bunge, Cargill, COFCO Intl, GAR *agribusiness and food*, JBS, LDC Louis Dreyfus Company, MARFRIG, MUSIM MAS, OFI Make It Real; Olam Agri, Viterro e Wilmar. Essa publicação é apresentada como um roteiro que busca “reduzir as emissões eliminando o desmatamento em suas cadeias de suprimento de óleo de palma, soja e gado”. Segundo o *Global Witness* (2022b), o documento, no entanto, não estabelece metas ambiciosas de redução do desmatamento; além de selecionar de forma seletiva um mosaico de ecossistemas cobertos e não menciona os direitos humanos ou os povos indígenas uma única vez, apesar de seu papel bem documentado na preservação de florestas críticas para o clima e da associação profunda entre desmatamento e violações dos direitos humanos; não estabelece metas ambiciosas de redução do desmatamento; além de selecionar de forma seletiva um mosaico de ecossistemas cobertos. O documento também aponta que é esperado que o setor do agronegócio cresça 50% para acompanhar o aumento de demanda por alimentos e diz que as emissões do setor precisam também decair em 50% até 2050. Essa afirmação pressupõe um aumento de produtividade sem aumento nas emissões, o que tendo em vista as políticas propostas no documento, não será possível.

Também na COP, em Sharm El-Sheik no Egito em 2022, o presidente 71 da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG), que participou do painel “Políticas Públicas para Promoção da Adaptação e Mitigação e ações do Senar”, fez uma fala destacando que “Não estamos exportando só alimentos, estamos exportando nosso potencial da agricultura ABC para outros países que queiram copiar o que estamos fazendo de forma correta” (CNA, 2022, online).

Analisando o documento, a organização *Global Witness* expôs os principais signatários por seu papel no desmatamento e por não eliminarem as violações dos direitos humanos de suas cadeias de suprimento. Um dos casos apresentados é da ADM e da

Bunge no Brasil, que foi denunciado na investigação “Sementes de Conflito” liderada pela organização, expondo as expropriações de terra no cerrado brasileiro e a compra de produtores agrícolas envolvidos em uma disputa de terras com comunidades tradicionais.

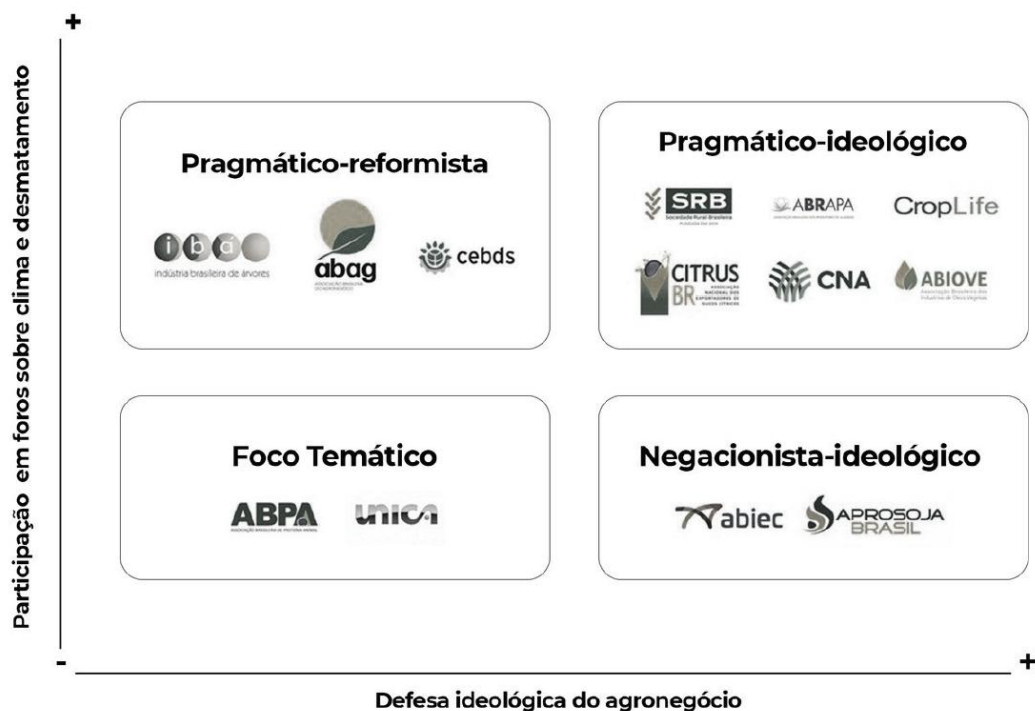
Na COP 28, que ocorreu em Dubai, o número de lobistas do setor agropecuário no mundo bateu recordes. Segundo um levantamento de dados feito pela organização britânica *DeSmog*, foram 340 representantes do setor, sendo 120 representando o setor de produção de carnes e laticínios. Além disso, mais de 100 desses representantes foram enviados como parte de delegações de países, permitindo um acesso privilegiado as negociações diplomáticas. Em comparação com a COP 27, o número foi 10 vezes maior (*DeSmog*, 2023).

Segundo a *DeSmog*, foram 11 representantes da JBS, em comparação a 4 enviados em 2022; 12 representantes da Minerva; 2 da Marfrig; e um da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Além disso, a delegação brasileira enviou 6 representantes da BRF S.A – fusão da Perdigão e da Sadia – um membro da CNA e representantes da Nestlé e de uma das maiores empresas de agrotóxicos, a Bayer. Com esse alto número de delegados representando o setor do agronegócio, o Brasil foi responsável pelo envio de 36 delegados ou 10,6% dos membros de grandes indústrias mundiais do agronegócio presentes da COP 28. Segundo Fabricio Muriana, do Instituto Regenera, entrevistado pela *DeSmog* (2023), a presença do setor triplicou porque essa COP seria marcada por ser a COP dos alimentos. Glenn Hurowitz, chefe executivo da *Mighty Earth*, também em entrevista a *DeSmog*, aponta que não há melhor expressão da captura regulatória do Estado pela indústria da Carne do que a habilidade de ser incluída nas delegações oficiais (*DeSmog*, 2023).

3. A concertação política do agronegócio e as diferentes posições em relação a mudança do clima: discordâncias em posições públicas, concordâncias nas violações nos territórios

O agronegócio brasileiro, construído historicamente no país como importante ator político, conta com a existência de diversas empresas e associações. O estudo publicado pela FASE, de Bruno Bassi (2022), “O Agro não é verde” fez um apanhado geral da posição das grandes empresas/associações/sociedades/confederação do agronegócio brasileiro, as dividindo em quatro grandes grupos: pragmático-reformista, pragmático-ideológico, foco temático e negacionista-ideológico. A apresentação dos dados desse estudo é fundamental para entender de uma maneira mais ampla a posição e o discurso ambiental do agronegócio e como está dividido. A **Figura 1** ilustra a divisão e os grupos participantes:

Figura 1 - Divisão ideológica dos entes do agronegócio.



Fonte: Bassi (2022).

O agrupamento pragmático-reformista é colocado por Bassi (2022), como o grupo de entes que vem liderando o debate climático no campo do agronegócio, muitas vezes em articulação com algumas grandes organizações não governamentais e cientistas. É um grupo que defende políticas setoriais e o reforço de linhas de financiamento nacional e internacional ao que seria uma transição sustentável, tais como o Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA), emissão de títulos verdes¹ e crédito de carbono. Apoia políticas de combate ao desmatamento ilegal em oposição a ideia de “desmatamento zero” e o reforço da legislação ambiental, mobilizando-se contra projetos de lei que ferem o Código Florestal. Além disso, o grupo defende, liderado pela ABAG e alinhado em torno da Coalizão Brasil, Clima, Floresta e Agricultura, o fim do desmatamento ilegal, a redução de emissões e o fortalecimento de financiamento para ILPF e o Plano ABC+. O grupo é contrário aos denominados PLs da Grilagem, mas são evasivos quanto a questão do marco temporal para demarcação de terras indígenas. O agrupamento é composto pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) e a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ) (Bassi, 2022).

Além da ABAG, o CEBDS é um dos principais agentes na construção corporativa da agenda climática no Brasil, tendo participado proeminentemente das Conferências de Clima desde 1997. Durante a COP26, o grupo que tem associação com empresas como a Suzano e a Shell, lançou dois documentos: o “Guia do CEO” e o posicionamento “Empresários Pelo Clima”, nos quais voltou a defender a adoção de regras para o funcionamento e desenvolvimento de mercados de carbono voluntário e regulado no Brasil e mecanismos de financiamento para a promoção da transição climática. O IBÁ, por sua vez, tem suas posições bastante sintonizadas com os avanços no debate acadêmico global, mas partindo de uma perspectiva liberal e focada na financeirização dos recursos naturais (Bassi, 2022).

¹ Títulos verdes são instrumentos financeiros que são utilizados para levantar capital com um objetivo de financiar projetos que dizem ser benéficos ambientalmente.

O agrupamento pragmático-ideológico une uma defesa absoluta do setor agropecuário com temas e pautas ambientais. Tem um discurso similar ao reformista-ideológico, mas carrega um discurso ufanista e ideológico junto, reforçando a ideia de obrigação dos países europeus de financiar programas ambientais, a denúncia pública a críticos do agro e a mobilização intensiva contramedidas que possam prejudicar mercados ou subsídios aplicados ao setor. Defende o cumprimento do Código Florestal e a adoção de novas tecnológicas como pilares do que chamam de “Boas práticas sustentáveis”. Também defende o fim do desmatamento ilegal, já que sua continuidade pode prejudicar o comércio e em especial o acordo União Europeia-Mercosul. Fazem parte do grupo: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), CropLife Brasil e Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR). O grupo é liderado pela CNA e SBR (Bassi, 2022).

Diferente do primeiro grupo, no entanto, este agrupamento possui uma atuação mais direta em agendas ligadas ao desmonte de direitos socioambientais, se articulado em defesa dos Projetos de Lei nº 510/2021 e nº 2.633/2020, apelidados de PLs da Grilagem, que abrem brecha para que terras desmatadas e ocupadas possam no futuro ser tituladas, permitindo a legalização da grilagem. O grupo também se opõe de forma ferrenha à discussão de desmatamento zero e à extensão da Moratória da Soja. Além disso a CNA e a SRB se posicionaram de forma favorável à tese do marco temporal para demarcação de terras indígenas e na aprovação do PL nº 2159/2021, que flexibiliza regras de licenciamento ambiental. O Acordo União Europeia-Mercosul tem sido alvo de críticas devido à ausência de transparência e de participação da sociedade civil. Além disso, o acordo prevê aos países latino-americanos a condição de subalternidade, sendo meros exportadores de *commodities* e matérias-primas, enquanto os países da União Europeia aumentam as vendas de produtos industriais e químicos de alto valor, ampliando ainda mais a entrada e o uso de agrotóxicos e de carros movidos à combustíveis fósseis no Brasil e outros países do Mercosul. Outra consequência de sua adoção é a liberação tarifária de bens que bene-

ficiarão setores como a agropecuária e a mineração, aumentando o comércio de produtos prejudiciais ao clima e à natureza e que colocam em risco povos e comunidades tradicionais do Mercosul (Bannwart *et al.*, 2023). Ainda defende pautas de “finanças verdes”², tema central do *Global Agribusiness Forum*, organizado desde 2012 pela SBR, e a defesa do uso de agrotóxicos, defendida pela SBR, ABRAPA e CropLife Brasil (Bassi, 2022).

O próximo agrupamento é o negacionista-ideológico, que nega o índice recorde de desmatamento e os atribui a ONG estrangeiras ou ambientalistas. Não dialogam com a sociedade civil ou academia e buscam reforçar a própria visão patrocinando estudos de viés negacionista em relação à mudança do clima, reforçando os velhos discursos desenvolvimentistas sobre o poder da agropecuária brasileira. São parte desse grupo: Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA) e Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Segundo Schmitt *et al.* (2022), há uma resistência dos pecuaristas que trabalham com práticas extensivas e de baixo custo em relação a adoção de medidas baseadas em princípios ditos sustentáveis. É preciso destacar, no entanto, que a ABIEC esteve presente na COP 28 como parte da delegação brasileira, o que pode indicar uma mudança no posicionamento da Associação.

A partir de 2019, com o início do governo Bolsonaro, esse grupo ganhou força e radicalizando seu discurso, se colocando contra a “criminalização do empreendedor rural” em questões relacionadas a desmatamento e queimadas. A APROSOJA, recentemente, publicou a Carta de Palmas, onde atacou o anúncio da Cargill de um plano para conter o desmatamento causado pela cadeia da soja no Matopiba. A associação também tem se posicionado no Senado a favor dos PLs da Grilagem, do marco temporal em terras indígenas e do PL do licenciamento. Recentemente, a APROSOJA contratou um estudo da Esalq/USP sobre sequestro de carbono no plantio direto de soja e nas reservas legais, para angariar recursos internacionais (Bassi, 2022).

² “Qualquer atividade financeira estruturada – um produto ou serviço com foco em garantir melhor resultado ao desenvolvimento sustentável ou financiar uma transição para uma economia mais verde (Instituto Propague, 2022, online).

Por último, o grupo “foco-temático” é composto pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Esse agrupamento é mobilizado em torno de pautas específicas como créditos de descarbonização ou emissão de metano, com pouco envolvimento em relação a outros atores no âmbito do debate climático. Além disso, a UNICA está em uma posição distinta dos outros entes do agronegócio por lidar com questões envolvendo biocombustíveis, sendo a única dentre as associações citadas anteriormente a falar em políticas de descarbonização, tendo participado também de um painel sobre a COP26 sobre o tema, já que se beneficiam diretamente (Bassi, 2022).

Pompeia (2021) também apresenta categorizações do setor, identificando cinco agendas ambientais: reivindicações negacionistas, ligada ao Movimento Brasil Verde e Amarelo (MBVA); posições conservadora, ligada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); pleitos volúveis, ligada à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); posicionamentos “descarbonizadores”, ligada à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura; e posições socioambientais ligada à corporações financeiras e supermercadas com atuação predominante na Europa.

Um aspecto ímpar do setor agropecuário é que, ainda que exista diferenças narrativas entre as mais distintas empresas e produtores que compõem esse setor, há uma unidade pública em termos ideológicos e políticos. O conceito apresentado por Caio Pompeia (2018), “concertação política do agronegócio” faz jus a esse fenômeno. O autor propõe que o fortalecimento do poder desse setor se dá devido à crescente convergência política no campo do agronegócio, que se torna mais apta a tratar de questões mais amplas como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar. Dessa forma, o autor define concertação como uma situação na qual os agentes em oposição procuram racionalizar suas diferenças com objetivo de encontrar consensos.

Vale destacar, no entanto, que nos territórios muitas vezes há uma convergência de ação dessas diversas empresas desse setor, que por mais que apresentem publicamente um discurso sustentável, e estratégias políticas caracterizadas como mais “refor-

mistas”, ainda são partes fundamentais de conflitos agrários, violações de direitos, uso de agrotóxicos e degradação ambiental. Segundo um vídeo produzido pelo *Global Witness* (2022c), nomeado *Brazil: The communities living in conflict with palm oil producers*, a Agropalma que se denomina “a maior produtora de óleo de palma sustentável das Américas” e a BBF que atua no “agronegócio sustentável desde o cultivo da palma de óleo” estão envolvidas em conflitos extremamente violentos com comunidades indígenas e quilombolas, incluindo, inclusive, ameaças de morte, assassinatos e grilagem de terras. A Cargill é um dos consumidores ativos desses fornecedores e, junto a Agropalma, fazem parte da ABAG, grupo pragmático-reformista segundo Bassi (2022). Esses casos nos fazem questionar sobre como, apesar da importância política e pedagógica dessas diferenciações entre setores do agronegócio, a criação de consensos no setor é mais evidente quando analisamos a partir das violações e degradações nos territórios, em vez dos discursos.

Tendo isso em vista, a próxima sessão aprofundará o processo trazendo aspectos relacionados ao papel do Instituto Pensar Agro e a consolidação do Plano ABC como elementos fundamentais desse processo de ambientalização do agronegócio.

4. O papel do Plano ABC e do Instituto Pensar Agro na ambientalização do agronegócio

Segundo Brigel e Svampa (2023) o reflexo do consenso da descarbonização inaugura um tipo de neostatismo de planejamento. Sendo assim, as transições verdes conduzidas por instituições governamentais e pelo Estado tendem a se aproximar, facilitar e se fundir com transições corporativas, em uma dinâmica de subserviência do setor público aos interesses privados – o que parece acontecer no caso do agronegócio e do governo brasileiro. No caso do Brasil, no entanto, há um interesse específico, que é o cum-

primento das metas acordadas internacionalmente³, que só serão cumpridas caso o setor do agronegócio cumpra sua parte em relação as reduções de emissões.

O Brasil foi, aos poucos, se transformando de um país veto para um país propositivo em relação à agenda climática. Muito disso se deu por conta de uma pressão externa em relação ao desmatamento, que já foi apresentada na sessão anterior. Segundo uma entrevista feita com o Ex-consultor do MDA por Chechi (2019), o período de 2004 à 2007, sob o comando da Ministra Marina Silva no MMA e com o início da criação de mecanismos de controle do desmatamento, foi um marco para o país, que foi ganhando prestígio no âmbito internacional em relação à agenda ambiental: “Esse foi o elemento que marcou o Brasil pra fora e começou a se colocar como um agente importante na questão do meio ambiente, na agenda ambiental, na agenda das mudanças climáticas” (ex consultor MDA, 2019, apud. Chechi, 2019, p. 91). O Ex-consultor do MDA também menciona que o protagonismo Brasileiro se iniciou com a questão do desmatamento, mas que posteriormente a agricultura, não como problema, mas como solução, começa a ganhar espaço nesse contexto.

Siebeneichler (2021), aponta que o agronegócio representa para o Brasil um importante instrumento de ação diplomática e garante que a evolução do discurso em torno do agronegócio, por parte do Itamaraty, criou um canal institucionalizado entre o setor e o governo brasileiro. Isso permitiu que o agronegócio alcançasse mais espaço na política externa do Brasil por dois fatores: primeiro, pois configura-se como um dos maiores e mais fortes lobistas no país; segundo, porque são responsáveis pela estabilização da balança comercial brasileira. Com isso, o setor se torna cada vez mais importante, em termos políticos, para o discurso brasileiro no âmbito internacional.

A aproximação de ruralistas/pecuaristas em cargos estratégicos também foi algo que marcou os últimos anos da política brasileira, principalmente durante o governo Bolsonaro. Siebeneichler (2021) demonstra que os cargos de: Ministra da Agricultura ocupado por Tereza Cristina, ex presidente da FPA; Secretário-Executivo ocupado por Mar-

³ Metas referentes a obrigação do país frente ao Acordo de Paris.

cos Pontes, também ex-presidente da FPA; Vice-Secretário Executivo, ex-presidente da UDR; 2º Ministro da Cidadania ocupado por Onyx Lorenzoni, defensor do refinanciamento de dívidas ruralistas; Secretários Especiais da Relação com o Governo ocupado por Leonardo Quintão (MDB/MG) e Carlos Manato (PSL/ES), integrantes da FPA; Ex-ministro das Relações Exteriores ocupado por Ernesto Araújo, não-membro da FPA, mas com discurso ativo em prol do agronegócio, acompanhando a retórica do governo; Ex-Ministro da Cidadania ocupado por Osmar Terra (MDB/RS), integrante da FPA. Isso sugere um alto grau de inserção desse setor nos aparatos políticos.

Como visto na sessão anterior, o governo brasileiro inicialmente se posicionou contra a entrada do tema de mudanças de uso da terra na agenda climática, adotando uma postura de *pais-veto*, sob a justificativa de soberania sobre os recursos naturais. Após a assinatura do Protocolo de Quioto, a retórica do governo do país mudou e aos poucos passou a ser propositivo em relação a agenda climática. Mesmo sem obrigatoriedade, o Brasil anuncia sua meta de redução de emissões entre 36.1% e 38.9%, além de anunciar, posteriormente, uma meta de redução do desmatamento de 80% até 2020. O agronegócio, nesse sentido, seria um ponto chave para garantir que o compromisso brasileiro no âmbito da Convenção fosse cumprido – já que o setor é responsável, junto à mudança do uso da terra, por 74% das emissões brasileiras (Observatório do Clima, 2023).

De acordo com o representante da Embrapa entrevistado para esta pesquisa⁴, o Plano ABC surge como um pedido do governo federal, após se comprometer em reduzir as emissões. O entrevistado aponta que o Brasil modificou sua posição histórica, que sempre foi demandar que os países do Anexo I, ou países desenvolvidos, cumprissem com o princípio das responsabilidades históricas. As metas apresentadas pelo Brasil faziam parte do que foi apresentado no capítulo anterior, as Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAS, sigla em inglês), e a Embrapa respondeu a demanda apresentada na Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas (CIM) em apontar que forma a agricultura brasileira poderia contribuir para os esforços de redução de emissões do país.

⁴ Entrevista online, concedida em outubro de 2023.

Ou seja, o ente responsável por sugerir uma proposta de agricultura de baixo carbono foi primeiramente a Embrapa e não diretamente o setor do agronegócio de fato. Além da Embrapa, o então em vigor Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Casa Civil, tiveram um papel relevante na proposição do Plano. O entrevistado da Embrapa descreve que a aceitação por parte do agronegócio do Plano ABC não foi imediata. Antes do NAMA apresentado na COP 15, o setor agropecuário brasileiro era bastante refratário às discussões climáticas, pois entendia o debate como uma forma de apontar responsabilidades, especialmente em relação às emissões da pecuária. A proposta do NAMA brasileiro para a agricultura, que mais tarde se desdobrou no Plano ABC, representou uma virada de chave. A iniciativa conseguiu transmitir internacionalmente a ideia de que a agricultura brasileira tinha potencial de associar produção e sustentabilidade, o que gerou uma recepção positiva no exterior. Esse reconhecimento internacional funcionou, segundo o entrevistado da Embrapa, como um estímulo para o agronegócio brasileiro, que passou a enxergar na agenda climática não apenas críticas, mas também oportunidades de “fortalecer sua imagem e valorizar os atributos da agricultura tropical sustentável (Representante da Embrapa, 2023)”.

Logo após a recepção positiva por parte da comunidade internacional, o entrevistado afirma ter tido uma maior adesão do agronegócio ao Plano ABC e uma construção conjunta do setor na elaboração do Plano em si. Sendo assim, segundo o representante da Embrapa (2023) “o grande agro, né? O mainstream, digamos assim, percebe que a mudança afinal poderia ser usada como um alavancador de boas práticas e de uma sinergia entre sustentabilidade e o agro”.

De fato, a imagem internacional do agronegócio ainda é uma preocupação latente do setor. Em 2021, nos anais do Congresso de *Agribusiness* da ABAG, Marcello Brito, ex-presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio, fez uma fala que ressalta essa preocupação “A imagem negativa do país no exterior se consolida. Chegamos a um ponto em que os especialistas em comunicação apontam que atingimos um

intervalo entre paralelos de crise, dependente de ações emergenciais e resgate de ações de terceiros” (ABAG, 2021, p. 8). Também ressalta que é papel do setor recuperar a imagem primeiro internamente: “O resgate de nossa imagem, em primeiro lugar, deve começar aqui dentro” (ABAG, 2021, p. 8).

Letícia Chechi (2019), aponta que pano de fundo institucional brasileiro foi favorável durante a década de 2010 à adoção e incorporação por parte do agronegócio da agenda climática internacional e brasileira, já que o Estado precisava, e ainda precisa, da contribuição do setor para atingir as metas de redução de GEE. Nesse âmbito, após a decisão do Presidente da República de levar uma posição “mais forte” brasileira em relação a mitigação, um plano central para o setor surge: o Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Esse Plano surge como uma tentativa por parte do Estado de mudar a opinião pública que se tinha do agronegócio como um agente do desmatamento e de impactos socioambientais (Chechi, 2019), e culmina em um processo de ambientalização do próprio setor. Assim, a questão ambiental também passa a ser apresentada como uma preocupação do Agronegócio, que vê seu prestígio sendo diminuído devido às crescentes críticas em relação a violação de direitos humanos, com trabalho análogo à escravidão; o uso excessivo de agrotóxicos com impacto na saúde humana; o desmatamento na Amazônia e no Cerrado brasileiro; perda de biodiversidade; entre outras violações que estavam sendo fortemente denunciadas:

Visto como vetor do desmatamento, o agronegócio estrategicamente traduziu, no período anterior à COP15, alguns elementos do contexto internacional, passou a incorporar discursivamente agenda climática e sinalizou práticas sustentáveis que deveriam mostradas internacionalmente como o esforço brasileiro. Essa mudança, por um lado, atendeu os anseios do governo e às pressões de ambientalistas, contribuindo para a meta a ser apresentada pelo Brasil na COP15 e, por outro, favoreceu o agronegócio para mudar a sua imagem negativa no contexto internacional (Chechi, 2019, s.p.).

O entrevistado da Embrapa afirma que a proposta inicial do Plano foi feita apenas pela entidade. No entanto, após a repercussão positiva no âmbito internacional, a

Embrapa promoveu mais de 30 reuniões, com atores de todos os setores. Após a apresentação do NAMA em Copenhague, iniciou-se no Brasil um processo de debate que se estendeu por um ano. Nesse período foram realizadas mais de 30 reuniões com a participação de diferentes setores da sociedade civil, incluindo ONGs, representantes do agronegócio — grandes e pequenos produtores — e diversos outros atores. Esse amplo processo participativo resultou na elaboração do Plano ABC, que consolidou e deu forma ao compromisso brasileiro para a agricultura de baixa emissão de carbono (Representante da Embrapa, 2023).

Vale ressaltar que a Embrapa, foi criada em 1973 e atua como uma estratégia do agronegócio para garantir a formação de profissionais, o subsídio da atuação política do setor e o auxílio no planejamento econômico das empresas que compõem o agronegócio, ou a concertação política do agronegócio. Atualmente a Embrapa é o ente mais importante na produção de conhecimento e dados sobre o setor do agronegócio, inclusive em temas relacionados a sustentabilidade do setor (Pompeia, 2018).

A concertação política do agronegócio, nesse sentido, teve um papel primordial no processo de ambientalização desse setor, principalmente após a criação do Instituto Pensar Agro (IPA), que foi responsável por condensar essas mudanças discursivas que foram acontecendo ao longo da década. Antes, o Instituto para o Agronegócio Responsável cumpria parte da função exercida pelo IPA atualmente.

Com o aumento da exigência dos compradores no mercado internacional de *commodities* e dos movimentos sociais e ONG sobre o desmatamento, o agronegócio se viu forçado a reagir. O Instituto para o Agronegócio Responsável (Ares), foi criado logo após o processo de desenvolvimento da Moratória da Soja, e era mantido por dezenove entidades e tinha 42% da sua composição de entidades ligadas a funções a jusante da agropecuária. A fundação do Ares advinha, segundo Pompeia (2018), do diagnóstico de que a imagem do agronegócio no Brasil estava passando por um momento crítico na esfera pública internacional, principalmente por causa dos temas ambientais. As críticas ti-

nam, segundo o autor, duas origens: a concorrência comercial e a insustentabilidade nas cadeias produtivas – a última, no entanto, não era tão claramente enunciada.

As principais atividades do Instituto, focada nas cadeias produtivas da soja, da cana e da carne, tinham como objetivo a comunicação com o Estado e representantes da sociedade civil; a geração de conteúdo sobre temas que conectassem a sustentabilidade e o agronegócio; e o diálogo com a esfera pública e nacional para circular materiais sobre agronegócio e sustentabilidade. O avanço de fato em ações de sustentabilidade operava em segundo plano (Pompeia, 2018).

A tentativa de incorporação da pauta da sustentabilidade no discurso do agronegócio também pode ser vista a partir dos congressos nacionais de agribusiness. Em 2007, o tema apareceu de forma tangencial no Congresso de Agribusiness da Sociedade Nacional da Agricultura, em falas de expositores, quanto no Congresso Brasileiro do Agronegócio, da ABAG (Pompeia, 2018). Pompeia afirma que o agenciamento da noção de sustentabilidade era importante para os líderes políticos do agronegócio. Como exemplo, o autor apresenta de falas de Roberto Rodrigues, presidente do Cosag/Fiesp à época, que mobilizava o tema ora contestando as exigências de sustentabilidade, ora afirmando que o agronegócio era sustentável:

Segundo ele escreveu na Folha, não se poderia abrir mão do crescimento da produção e dos lucros em função da sustentabilidade (FSP, 28/03/2009). Em um artigo em 2011, ele instrumentalizou o papel que o Brasil passara a desempenhar na oferta de *commodities* no mercado internacional ao dizer que não se deveria esquecer, em meio às exigências ambientais, das 7 bilhões de pessoas que precisariam de alimentos (FSP, 19/11/2011 *apud*. Pompeia, 2018, p. 247).

Apenas um ano depois, em 2008, o tema já havia assumido centralidade no congresso da ABAG, que foi intitulado de “Agronegócio e Sustentabilidade”. Em 2009, o conectivo “e” é substituído pelo verbo de ligação “é” para reafirmar a relação entre os dois termos “Agronegócio é sustentabilidade”. A partir desse congresso, o agronegócio começa a operar na “língua das mudanças climáticas” (Pompeia, 2018, p. 248).

No resumo do congresso apresentado pela ABAG, as mudanças climáticas e o carbono passavam a ser os maiores problemas a serem enfrentados:

As mudanças climáticas impõem outro modelo de economia, em substituição à baseada no uso intensivo de carbono, com atribuição de valor à atmosfera, aos oceanos, os rios e as florestas. O Brasil, enquanto líder da agricultura tropical, precisa ter um claro posicionamento a defender, com argumentos irrefutáveis nas questões de máxima importância, como o pagamento de serviços ambientais (ABAG, 2009, online).

O carbono se tornou central por sintetizar “a preocupação do século”: as mudanças climáticas e as ameaças que elas representam para a continuidade da vida na terra (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016). Dessa forma, desde o momento inicial em que as questões climáticas passam a serem institucionalizadas, a métrica de carbono permeava todas as propostas de solucionar a crise ambiental e climática. Assim, passou a ser um pressuposto fundamental para conduzir as negociações e acordos internacionais de clima. É preciso, no entanto, questionar o que tem sido deixado de lado quando se adota uma única métrica como base para a construção de políticas e quais as consequências que isso pode ter (Moreno; Chassé; Fuhr, 2016).

Essa mudança discursiva acontece no mesmo ano em que o Plano ABC é proposto na COP 15, em Copenhague. No mesmo ano, foi criada a Aliança Brasileira pelo Clima, a partir da orquestração do ARES, com liderança da ABAG e da ABIOVE, com entidades representativas das cadeias produtivas de combustíveis renováveis e de florestas plantadas. O objetivo da criação da aliança era influenciar as negociações relacionadas à UNFCCC (Pompeia, 2018) e o documento apontava a relevância econômica do agronegócio para o PIB nacional com uma contribuição de 26% e que os setores representados pela aliança correspondiam a “16% das exportações brasileiras, ou US\$ 31,4 bilhões, valor que supera o atual saldo da balança comercial brasileira” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2). Além disso, aponta também a relevância do setor de biomassa para a sustentabili-

dade da matriz energética brasileira e o potencial de desenvolvimento socioeconômico do setor.

O documento também defende que os setores do agronegócio representados pela aliança desenvolviam e disseminavam “práticas de produção responsáveis, mas são negativamente afetados pela imagem do Brasil no exterior, em função do alto nível de emissões provenientes de desmatamento na Amazônia” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2) e que era “preciso destacar que esse fato tem impactos diretos no acesso de seus produtos a mercados consumidores importantes” (Aliança Brasileira pelo Clima, 2009, p. 2). Além disso, destaca que a expansão do setor dispensava a necessidade de conversão de florestas nativas para fins agroindustriais. No entanto, a realidade descrita pela aliança não era correspondente ao que de fato ocorria na época, com o agronegócio sendo responsável por 80% da terra desmatada na Amazônia entre 1996-2006 (Greenpeace, 2006 apud. Pompeia, 2018).

Cechi (2019), ressalta que uma das estratégias argumentativas mobilizada no discurso dos atores envolvidos com o Plano ABC foi em relação ao fechamento de mercados, caso o Brasil não desenvolvesse uma agricultura de baixo carbono, ou então, a abertura de novos mercados para a agricultura sustentável e redutora da emissão de GEE. Segundo um representante da Embrapa que fez parte da construção do Plano ABC, entrevistado por Cechi (2019), o mercado foi um elemento central na tradução e construção do Plano ABC, pois possibilitou a caracterização do produto como sustentável. Essa construção discursiva da produção da agropecuária “verde”, “limpa”, com “baixa pegada de carbono” fez parte da estratégia argumentativa dos atores setoriais.

A bancada ruralista, ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)⁵, passou, ao longo da primeira metade da década de 2010, a assumir crescente papel no âmbito do bloco político intersetorial do agronegócio. O foco político da concertação do agronegócio, nesta época, deu-se em torno do Código Florestal. Segundo Pompeia (2018), o descontentamento com o Código vinha sendo apontado em núcleos da concertação desde

⁵ Regulamentada na 52ª legislatura (2003-2007) (Siebeneichler, 2021).

o primeiro congresso da ABAG, em 2002. A partir do final da década de 1990, segundo o autor, tinham ocorrido maiores articulações da bancada ruralista na direção de implementar alterações no código. Em 2008, a CNA, junto a FPA e entidades do patronato rural, protocolou no MMA um documento sugerindo alterações em dispositivos do decreto para “proporcionar segurança jurídica às atividades e à conservação ambiental” (CNA, 2008 apud. Pompeia, 2018, p. 266). Segundo o presidente da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA, Assuero Doca Veronez, o código florestal representaria “a fonte de todos os males e de uma legislação que ficou ultrapassada, que tem trazido insegurança jurídica aos produtores rurais” (CNA, 2008 apud. Pompeia, 2018, p. 266). Aos poucos, os líderes da ABAG e COSAG/FIESP começaram a atuar publicamente para defender mudanças no código (Pompeia, 2018). Com a maior participação e posicionamentos similares de diversos representantes do agronegócio, foi possível ver uma aproximação das suas pautas, que passaram a ser concentradas na agropecuária em si. Essa semelhança, segundo Pompeia (2018), foi tanto promovida quanto promotora da maior institucionalização da concertação do agronegócio e da bancada ruralista.

A aproximação da ABAG com a bancada ruralista não foi imediata e nem aconteceu durante o período em que o grupo começou a ganhar destaque, durante a década de 1990. A articulação maior acontece, segundo Pompeia, quando o Presidente Lula convida Roberto Rodrigues para chefiar o MAPA (2003-2006). Assim, o planejamento estratégico da concertação recebia a oportunidade de implementação:

A bancada ruralista trabalhou de maneira muito bem articulada com o ministro, auxiliando-o em iniciativas como a retomada do controle na Embrapa, a criação dos títulos do agronegócio e a aprovação da Lei de Biossegurança. Além desses temas, a atuação parlamentar da frente contra a reforma agrária e os movimentos sociais durante o governo Lula vinha ao encontro dos pleitos da concertação no tema agrário (ABAG, 2002a apud. Pompeia, 2018, p. 268).

Assim, o setor conseguiu promover alterações no Código Florestal, reduzindo as previsões de proteção ambiental constantes desse marco e liberando da necessidade de

restauração de aproximadamente 40 milhões de hectares desmatados ilegalmente (Pompeia, 2018).

O órgão responsável por garantir uma coesão entre a bancada ruralista no Congresso é o Instituto Pensar Agro (IPA). O IPA é responsável por prestar assessoria técnica à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e por garantir maior “colegialidade, institucionalidade, sistematicidade e caráter estratégico” (Pompeia, 2018, p. 269). O IPA foi constituído em 2011 como braço institucional e de interlocução com os poderes Judiciário e Executivo. Esse Instituto é financiado por 48 associações empresariais, dentre as quais estão as principais e mais relevantes do setor como: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), a associação de agrotóxicos CropLife Brasil, entre outros⁶. Cada uma dessas entidades congrega as principais empresas de cada segmento, incluindo multinacionais como Cargill, ADM, Bunge, LDC, Bayer, Syngenta, BASF, Ihara, FMC e Mitsui, as brasileiras Amaggi, JBS, Marfrig, Suzano, Klabin, SLC Agrícola e Cutrale, e bancos como Itaú, Santander e Rabobank (Bassi, 2022, p. 6). O IPA tem como principal objetivo fazer com que essa concertação, nos termos de Pompeia (2018), dê certo. O instituto serve para “conciliar os interesses difusos entre os diferentes grupos a partir de uma linha comum de atuação, pautada na promoção do setor e na melhoria do agronegócio diante do público interno e externo” e além disso o IPA “promove o consenso desses atores no que tange à agenda ambiental” (Bassi, 2022, p. 6).

⁶ Grupo formado por mais de 300 organizações, entre ONG ambientalistas, empresas e associações industriais e do agronegócio com o propósito de “promover uma economia de baixo carbono”.

A criação do IPA e a consequente inserção da CNA no Instituto, fez com que a ABAG perdesse o protagonismo enquanto entidade representativa do agronegócio, mesmo que continue participando e financiando o IPA e sendo membro da CNA e da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura. Essa perda de influência se deu, primeiro por conflitos internos, nos anos 1990 e 2000, entre as lideranças do agronegócio e segundo pelo fato da ABAG ter de ser tornado mais um agrupamento de empresas do que de entidades (Pompeia, 2018). No entanto, a entidade ainda faz documentos de posicionamento para a COP e realiza congressos praticamente anuais.

A partir disso, o IPA na consolida uma posição mais convergente em relação a pauta ambiental e climática de diversas entidades do setor. É nesse contexto de apropriação da crítica pelo agronegócio e da preocupação do governo brasileiro em cumprir as metas acordadas em Quioto, que surge a ideia de construir um plano voltado pela agricultura. Foi visto também que, inicialmente, o Plano ABC não era um interesse do agronegócio, passando a ser após a ótima recepção internacional do Plano. Assim, o agronegócio passou a ver no Plano ABC uma janela de oportunidade para garantir legitimidade, prestígio e a garantia de uma imagem positiva no âmbito internacional. Nesse sentido, a ambientalização do agronegócio atende não apenas a pressões externas, mas também a um interesse estratégico do Estado brasileiro em reposicionar-se como uma “potência agroambiental” no cenário internacional. Essa estratégia busca preservar a imagem de compromisso climático do país sem alterar de forma substancial os pilares da sua economia exportadora.

O Plano ABC (2012) traz à tona a relevância estratégica do agronegócio, que está descrita no documento e reside no fato de que “há uma inquestionável necessidade de expansão da produção para atender às demandas atuais e futuras de suprimento alimentar, e também na premissa de que a expansão da produção não deve contribuir negativamente para elevação dos níveis atuais de emissão” (Brasil, 2012, p. 34). Aqui o agronegócio passa a ser apresentado como uma solução para o problema das emissões brasileiras e da segurança alimentar no mundo.

Essa ideia de condensação das soluções para a questão ambiental pelo agronegócio não repercute apenas no Plano, mas nos dois primeiros documentos de posição da CNA publicados em 2022 e 2023 e nos congressos da ABAG, que tem discutido muito o papel do agronegócio como um proponente de políticas e como a fonte de solução de todos os problemas relacionados ao clima no Brasil. No congresso da ABAG “Nosso Carbono é verde”, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, Deputado Sérgio Sousa, fez um fala nesse sentido, de ressaltar não só o setor como a fonte de soluções, mas o Brasil:

Somos um dos países que menos usam agroquímicos por tonelada de grãos e de carne produzida, se comparados com a Europa e Ásia. Com respeito à conservação do meio ambiente, dispomos de 66% do território coberto de floresta nativa, sendo na Amazônia mais de 95%. O Código Florestal compensa a emissão de carbono ao obrigar a conservação de 20% a 80% da propriedade rural. Desenvolvemos o sistema de plantio direto e possuímos modelo tropical de produção agrossilvopastoril. Com as regras do Pagamento de Serviços Ambientais, colocaremos dinheiro no bolso do produtor rural que produz alimento e preserva o meio ambiente. Então, cabe a pergunta sobre qual país faz tudo isso e pode suportar a segurança alimentar dos povos no planeta? A resposta está no Brasil (ABAG, 2021, p. 16).

Essa fala ressalta a ideia da construção do Brasil como uma Potência Agroambiental, que provê ao mundo commodities agrícolas e ativos de carbono. Marcello Brito, na abertura do evento também fez uma fala nesse sentido, destacando o papel de proponente do setor na questão climática e da construção de um Brasil agroambiental, que é liderada pelo setor: “Liderança se dá na criação de fatos e na eliminação de falsas percepções. E esse papel pode e deve ser nosso [...] Nosso carbono é verde, como nossas florestas e a agricultura tropical, para usarmos como ativo agroambiental e inteligência [...] Trabalharemos para recuperar prestígio histórico, a imagem internacional e o protagonismo agroambiental” (ABAG, 2021, p. 9). Essa mesma ideia da construção de um Brasil Potência Agroambiental está presente na nova atualização do Plano ABC+: “Com um papel importante no abastecimento mundial de produtos de origem agropecuária e no for-

necimento de serviços ecossistêmicos, o Brasil adquiriu, nos últimos cinquenta anos, o status de potência agroambiental” (Brasil, 2020, p. 7).

Conclusão

Ao longo do texto foi possível ver que o processo de ambientalização do agronegócio brasileiro tem início no começo da década de 2000, após uma série de denúncias em relação as práticas produtivas do setor, que envolviam sobretudo do desmatamento da Amazônia. Com isso, o agronegócio foi incorporando aos poucos a pauta ambiental, primeiro trazendo a questão da sustentabilidade e posteriormente chegando na questão climática. Um dos exemplos apresentados foi a incorporação dos temas no Congresso de *Agribusiness* da ABAG nos anos de 2008 e 2009. O processo de ambientalização do setor teve muita influência da concertação política existente entre o agronegócio brasileiro. A concertação diz respeito a convergência dos atores do agronegócio em torno de um tema, deixando de lado suas convergências. Isso, principalmente sobre a figura do Instituto Pensar Agro, que é reconhecidamente responsável por promover o consenso dos entes ligados ao agronegócio no que tange à agenda ambiental.

As críticas direcionadas ao agronegócio, no entanto, não recaíram apenas no setor como foi possível ver ao longo da pesquisa, mas no próprio governo brasileiro. Esse fato foi determinante para que o Brasil pensasse na criação de um Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Assim, o Brasil, que antes era um país veto em relação as negociações climáticas, se tornou um país propositivo nessa agenda. O Estado brasileiro, então, criou a partir da Embrapa o Plano de Agricultura de Baixo Carbono. Esse processo, como foi visto durante a pesquisa foi, primeiramente, unilateral e sem o apoio majoritário do agronegócio. A Embrapa desempenhou um papel fundamental na elaboração da primeira versão do Plano ABC liderando esse processo, que continha tecnologias que já vinham sendo estudadas no país ao longo de décadas.

Com a repercussão positiva do Plano ABC internacionalmente, houve uma maior adesão do agronegócio ao Plano e uma posterior construção conjunta do setor. Foi possível ver que essa questão tem relação com a preocupação do agronegócio com sua imagem perante a opinião pública, que é latente até hoje nos discursos do setor. A partir desse momento, o agronegócio entra de fato na agenda climática e passa a se colocar como um ator propositivo em relação a essa agenda. Um dos exemplos apresentados ao longo da pesquisa foi a crescente participação do setor nas COP, com números recordes de participação na COP 28 e bandeiras do setor pelo HUB do Brasil na COP 27. A partir dessas questões foi possível perceber como o agronegócio utiliza o Plano ABC em seus discursos como uma forma de buscar legitimação e prestígio, além de usá-lo para construir uma imagem positiva em relação a opinião pública.

A adoção e promoção de políticas como o Plano ABC revelam a forma como o Estado brasileiro se mobiliza para responder às pressões internacionais e manter sua posição geopolítica, ao mesmo tempo em que garante a reprodução dos interesses da classe dominante agrária. Nesse processo, o agronegócio se apropria estrategicamente da narrativa de “potência agroambiental” – um reposicionamento discursivo que visa preservar sua legitimidade e competitividade global sem alterar substancialmente suas práticas produtivas ou relações de poder nos territórios. O Estado, por sua vez, sustenta e impulsiona essa imagem, pois depende diretamente da adesão do setor para cumprir metas climáticas assumidas internacionalmente, ao mesmo tempo em que reforça sua inserção no mercado global de commodities. Essa aliança revela o tom contraditória da ambientalização: enquanto se propaga uma transição sustentável, são mantidas, ou até intensificadas ações de violação de direitos e degradação ambiental como o desmatamento, a destruição da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais, o incentivo à produção de ultraprocessados, o fim da diversidade produtiva, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a expropriação e desterritorialização de povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas (Henrich Böll, 2023; LACLIMA, online; WWF, 2022; Joio e o Trigo, 2022).

Mesmo com todas essas violações na cadeia de produção, o agronegócio se apresenta enquanto um setor sustentável e de baixo carbono por ter reduzido suas emissões. Essa é uma das características do consenso da descarbonização hegemônico (Bringel, Svampa, 2023), que, como foi visto, não parte de um processo mais amplo de mudança do perfil metabólico da sociedade – ou seja, nos padrões de produção, circulação e geração de resíduos, mas como um fim em si mesmo. Nesse sentido, apesar do modelo produtivo do agronegócio ainda gerar impactos muito significativos nos territórios, sua legitimidade e prestígio internacional são garantidos a partir do reconhecimento de práticas de uma “agricultura de baixo carbono”.

Assim, a análise crítica e retrospectiva da ambientalização discursiva do agronegócio brasileiro revela o seu diferencial estratégico ao identificar o Plano ABC como o ponto de inflexão que reorganizou o discurso do setor em torno da agenda climática. Inicialmente refratário às discussões que apontavam sua responsabilidade por emissões e desmatamento, o agronegócio aproveitou a recepção internacional positiva do Plano ABC, articulado pelo Estado via Embrapa, transformando essa pauta em uma janela de oportunidade para garantir legitimidade e prestígio. Alinhado à métrica do carbono, esse reposicionamento permitiu que o setor se colocasse como parte fundamental da solução para a crise climática e a segurança alimentar global, e não mais apenas como um problema a ser negado. Tal apropriação abriu novas fronteiras de exploração e mercado, fomentando a defesa da financeirização dos recursos naturais e de mecanismos como Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA) e crédito de carbono, consolidando a imagem do Brasil como uma “potência agroambiental” que fornece *commodities* e ativos de carbono. No entanto, esta pesquisa sublinha a contradição central: esse reposicionamento discursivo visa preservar a competitividade global do agronegócio e a hegemonia da classe agrária, pois a captura da crítica ocorre enquanto as violações nos territórios, como desmatamento, uso excessivo de agrotóxicos e expropriação de povos tradicionais, são mantidas ou até intensificadas.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer à minha orientadora, Fabrina Furtado, por todo o apoio durante o processo da escrita da dissertação e deste artigo. Além disso, gostaria de agradecer ao meu namorado e à minha família.

Referências

ABAG. **Anais do 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio: Nosso Carbono é Verde.** ABAG, 2021. Disponível em: <<https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/01/ANAIS-CongAbagB3-2021-1ppV2608.pdf>>. Acesso em 23/01/2024.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, nº 68, pp. 103-119, 2010.

ALIANÇA BRASILEIRA PELO CLIMA. **Documento de posicionamento sobre as negociações de mudanças climáticas e as ações do Governo Brasileiro.** [S. l.]: Aliança Brasileira pelo Clima, 2009. Disponível em: <https://www.agrolink.com.br/downloads/Alianca_pelo_Clima-2009.pdf>. Acesso em 23/09/2023.

AMANCIO, Adriana. Cercados pelo agronegócio, agricultores familiares e indígenas sofrem com insegurança alimentar no Cerrado. **O Joio e O Trigo**, [2022]. Disponível em: <<https://ojoioeotrigo.com.br/2022/10/cercados-pelo-agronegocio-agricultores-familiares-e-indigenas-sofrem-com-inseguranca-alimentar-no-cerrado/>>. Acesso em 19/04/2025.

ANTUNES, André; JÚNIA, Raquel. Via Campesina promove marcha na Rio+20 para denunciar intensa utilização de agrotóxicos pelo agronegócio. **Fiocruz.br**, 2012. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/campesina-promove-marcha-na-rio20-para-denunciar-intensa-utilizacao-de>>. Acesso em 24/05/2023.

BASSI, Bruno Stankevicius. **O agro não é verde: como o agronegócio se articula para parecer sustentável.** Rio de Janeiro: FASE, 2022. Disponível em:

<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/O_Agro_nao_e_Verde-1.pdf>. Acesso em 21/06/2023.

BRIGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Do “Consenso das Commodities” ao “Consenso da Descarbonização”. **Nueva Sociedad**, 2023. Tradução: Rupturas. [S. l.]: Editora Elefante, 2023. Disponível em: <<https://editoraelefante.com.br/do-consenso-das-commodities-ao-consenso-da-descarbonizacao/>>. Acesso em 23/01/2024.

CHECHI, Letícia Antunes. **Dos acordos globais às ações locais sobre mudanças climáticas: tradução e implementação do Plano e Programa ABC**. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

DALLABRIDA, Poliana; CAMPOS, André. Cargill compra soja de fazenda que desmatou na Amazônia e descumpre pacto do setor. **Repórter Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2022/01/cargill-compra-soja-de-fazenda-que-desmatou-na-amazonia-e-descumpre-pacto-do-setor/>>. Acesso em 05/06/2023.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2012.

FURTADO, Fabrina. **A economia política das grandes ONG na Amazônia: da mediação ao conflito**. Mimeo. Rio de Janeiro, 2023.

GLOBAL WITNESS. **Big agribusiness, human rights abuses and deforestation – the toxic trilogy funded by international money**. [S. l.]: Global Witness, 2022. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/blog/big-agribusiness-human-rights-abuses-and-deforestation-the-toxic-trilogy-funded-by-international-money/>>. Acesso em 25/05/2023.

GRILLI, Mariana. COP27: Lula diz que agronegócio é aliado estratégico na preservação ambiental. **Globo Rural**, 2022. Disponível em: <<https://globo-rural.globo.com/politica/noticia/2022/11/cop27-lula-diz-que-agronegocio-e-aliado-estrategico-na-preservacao-ambiental.ghtml>>. Acesso em 24/04/2024.

HEINRICH BÖLL STIFTUNG. **Agrotóxicos e violações de direitos humanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2023. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2023/03/20/agrotoxicos-e-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil>>. Acesso em 19/04/2025.

- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir.; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 25, nº 74, pp. 157-176, 2010.
- ISPN - INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **COP-27**: o Cerrado tem papel central na manutenção do equilíbrio climático global. [S. l.]: ISPN, 2022. Disponível em: <<https://ispn.org.br/cop-27-cerrado-tem-papel-central-na-manutencao-do-equilibrio-climatico-global/>>. Acesso em 30/05/2023.
- LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, nº 25, pp. 31-64, 2006.
- MORENO, Camila; CHASSÉ, Daniel.; FUHR, Lili. **A Métrica do Carbono**: Abstrações Globais e Epistemicídio Ecológico. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2016. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2016/11/01/metrica-do-carbono-abstracoes-globais-e-epistemicidio-ecologico>>. Acesso em 05/12/2022.
- MOTTA, Luiz Eduardo. O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”? **Princípios**, v. 40, nº 161, pp. 09-40, 2021.
- OLIVEIRA, Sandra Dias; THAME, Denny. Desmatamento, agronegócio e mudanças climáticas: a busca do equilíbrio entre produtividade e preservação ambiental. **LACLIMA**, [2025]. Disponível em: <<https://www.laclima.org/publicacoes/desmatamento%2C-agroneg%C3%B3cio-e-mudan%C3%A7as>>. Acesso em 19/04/2025.
- MELLO, Maria Beatriz Peixoto. **O lugar onde acontece**: a participação de atores não estatais na delegação brasileira ao longo das conferências internacionais sobre mudanças climáticas. 2021. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 2018. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2018.
- POMPEIA, Caio. As cinco faces do agronegócio: mudanças climáticas e territórios indígenas. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 66, e202839, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/202839>>. Acesso em 07/04/2024.

SCHMITT, Claudia; KATO, Karina; SÍLVIO, Graciela; FROEHLICH, Graciela; PORTO, Sílvio Isopo. **Rebanhos sustentáveis? Perspectivas e controvérsias em torno da ambientalização da pecuária brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/2022-12/boll_rebanhos_sustentaveis_alt3.pdf>. Acesso em 15/09/2025.

SHERRINGTON, Rachel; CARLILE, Carla; HEALY, Hazel. Big Meat and Dairy Delegates Triple at COP28. **DeSmog**, 2023. Disponível em: <<https://www.desmog.com/2023/12/08/big-meat-dairy-delegates-triple-cop28/>>. Acesso em 19/12/2023.

SIEBENEICHLER, Amanda Jandrey. O Latifúndio como Formulador de Política Externa e o Desmonte de Políticas Ambientais. **Revista NEIBA**, 2021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/58818>>. Acesso em 07/10/2022.

SALIM, Leila. Lobby dos combustíveis fósseis cresce 26% na COP27. **OC | Observatório do Clima**, 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/lobby-dos-combustiveis-fosseis-cresce-26-na-cop27/>>. Acesso em 24/05/2023.

WWF-Brasil. **Avanço da agropecuária reduz biodiversidade no Cerrado e na Amazônia, aponta estudo**. [S. l.]: WWF-BRASIL, 2022. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?81708/Avanco-da-agropecuaria-reduz-biodiversidade-no-Cerrado-e-na-Amazonia-aponta-estudo>>. Acesso em 19/04/2025.

Priscilla Papagiannis Torres é mestre e doutoranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Clima e Ambiente na Rede Brasileira pela Integração dos Povos. **E-mail:** priscillapapagiannis@outlook.com

Artigo enviado em 09/12/2024 e aprovado em 28/11/2025.